

Federação recomenda greve

Brasília — A Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) vai recomendar às escolas particulares que não iniciem suas atividades letivas em 87 com preços inferiores aos “necessários para manter seus serviços ao nível de qualidade oferecido”. Essa posição foi definida pelo conselho de representantes da entidade, que reúne membros de 28 sindicatos de todo o país. O presidente da Fenen e do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais, Roberto Dornas, não admite que a decisão signifique, na prática, uma greve de escolas ou um boicote às medidas econômicas do governo: “Não sei o nome disso. Sei apenas que ninguém pode trabalhar no vermelho.”

Em resposta à Fenen, o secretário-geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero, foi taxativo: “Nenhum cidadão será obrigado a pagar mais do que os índices estabelecidos na portaria assinada pelo ministro.” Isso significa que os pais de alunos só pagarão aumentos maiores se concordarem, por vontade própria e decisão majoritária, com a proposta das escolas.

Sotero recomendou aos donos de escolas particulares uma leitura mais atenta da portaria ministerial. Na sua opinião, ainda não houve tempo suficiente para que os índices estabelecidos pelo governo fossem adequadamente analisados. Ele pediu-lhes também para aguardar, nos próximos dias, a regulamentação das comissões que, em cada estado, analisarão os pedidos de reajustes adicionais. “Os casos excepcionais estão amparados pela possibilidade de recurso a essas comissões”, lembrou.

Para Dornas, o índice de aumento das semestralidades aprovado pelo go-

verno — 35%, mais 15% negociáveis — “é nada”, tanto para as escolas, quanto para os salários dos professores. Ele advertiu: “O nível de ensino está caindo e vai cair mais.” Dornas acredita que 40% das escolas particulares não terão condições de funcionar.

Nenhum índice é ideal, segundo Roberto Dornas: “O que a escola quer é o cálculo das semestralidades com base em dados específicos, como os custos do curso, salários de professores e outros.” Assim, o ideal, segundo ele, não seria um índice, mas uma fórmula. Dornas acredita que o índice aprovado é “cartada política do governo”.

— O governo quer defender sua imagem com o sacrifício das escolas. Isso de discutir aumento com pais ou alunos é balela. Desde quando o consumidor deve determinar quanto pagar? Nós determinamos o preço do combustível ou o índice de aumento do Imposto de Renda? — questiona ele.

Lembrando que a inflação real “está muito acima da oficial”, Dornas observou que poderá ser necessário o governo subsidiar algumas escolas. “Somos contra isso”, disse. Segundo Dornas, não cabe às escolas pagar a dívida social do governo, e a questão do aumento das semestralidades, de natureza técnica e econômica, “vem sendo tratada politicamente”.

Dornas disse ainda que já está recebendo reivindicações de aumentos salariais por parte dos professores — como os de Belo Horizonte, que querem 150% — mas não sabe ainda o que fazer: “Não sei como vai ser a política salarial, ou como vai funcionar o gatilho, ou os resultados do pacto social.” Mas lembrou: “É preciso conceder aumentos para que o nível do ensino não caia.”



Para Dornas, “é impossível trabalhar no vermelho”